

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 dezembro de 2010 e 2009 - (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de subvenção de investimento	Reservas de lucros				Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva contingencias	Reserva de incentivos fiscais	Reserva de retenção de lucros			
Saldos em 1º de janeiro de 2009 - antes adoção das novas normas contábeis	316.323	3.561	265	943	-	2.253	-	(98.218)	225.127
Outros resultados abrangentes:									
Adoção do custo atribuído	-	-	-	-	-	-	23.778	-	23.778
Saldos em 1º de janeiro de 2009 - após adoção das novas normas contábeis	316.323	3.561	265	943	-	2.253	23.778	(98.218)	248.905
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	82.072	82.072
Destinação do resultado:									
Reserva isenção imposto de renda	-	-	-	-	15.153	-	-	(15.153)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2009	316.323	3.561	265	943	15.153	2.253	23.778	(31.299)	330.977
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	48.811	48.811
Destinações do resultado:									
Constituição de reservas	-	-	355	1.775	-	3.196	-	(5.326)	-
Reserva isenção imposto de renda	-	-	-	-	10.410	-	-	(10.410)	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(1.776)	(1.776)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	316.323	3.561	620	2.718	25.563	5.449	23.778	-	378.012

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 - (Em milhares de Reais)

	31/12/2010	31/12/2009		
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido antes da contribuição social	54.165	83.256	Aumento imposto de renda e na contribuição social	5.354
Ajustes por:			Redução tributos a recolher	(3.084)
Depreciação e amortização	27.132	31.955	Dividendos a pagar	1.775
Prov. para contingências e perdas, líquidas das reversões	430	4.485	Aumento de adiantamento de clientes	3.212
Ajustes não recor. não ger. de caixa ou equiv. de caixa	114	(1.958)	Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	22.957
Juros e variação monetária não realizados sobre finan.	1.719	14.433	Fluxos de caixa das atividades de investimentos	
Juros e variação mon. não real. sobre adiant. a fornec.	(3.983)	-	Resgate de aplicação em fundo de investimentos	107
Juros e variação monetária sobre debêntures	7.584	6.949	Aumento de aplicação em investimento	(1.800)
Variações cambiais não realizadas	458	(15.818)	Aquisição de ativo imobilizado	(64.601)
Baixa de ativo diferido	-	-	Redução do ativo imobilizado	902
Baixa de ativo imobilizado	902	184	Aumento em ativo intangível	-
Provisão para contribuição social	(5.354)	(1.184)	Recebimentos de caixa por liquidação de adiantamentos	-
Lucro operacional ajustado	83.167	122.302	Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(65.392)
Variações nos ativos circulantes e não circulantes			Fluxos de caixa das atividades de financiamentos	
Aumento em contas a receber	(28.129)	(27.865)	Pagamento de financiamentos - principal	(56.169)
Aumento em adiantamento a fornecedores	(7.428)	(2.704)	Pagamento de financiamentos - juros	(14.857)
Redução (aumento) em adiantamento a empregados	63	(87)	Pagamento de credores diversos (ACC)	-
Redução (aumento) em impostos a recuperar	(8.301)	6.815	Recebimento de financiamento	186.352
Aumento nos estoques	(27.353)	(19.944)	Pagamento de mútuo pessoas ligadas	(168.793)
Redução (aumento) em outros créditos	(908)	697	Recebimento de mútuo pessoas ligadas	90.068
Redução em depósitos judiciais	46	111	Recebimento adiantamento de acionistas	-
Variações nos passivos circulante e não circulantes			Caixa líq. gerado (usado) nas ativ. de financiamento	36.601
Aumento em fornecedores	2.470	6.077	Redução (aumento) do caixa e equivalentes de caixa	(5.834)
Aumento em contas a pagar e provisões	2.073	5.206	Dem. da (redução) aum. do caixa e equiv. de caixa	
			No início do exercício	18.702
			No fim do exercício	12.868
				(5.834)
				11.837

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - em 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Em milhares de Reais, exceto quando especificado) 1. Contexto operacional - A Sociedade é uma indústria siderúrgica integrada tendo como objetivo a produção e comercialização de ferro gusa, tarugos de aço, laminados longos de aço e treilados de aço, inclusive a exportação de seus produtos, o florestamento e o reflorestamento e a produção de carvão vegetal para consumo próprio. Constituída em 8 de novembro de 1986, em 25 de outubro de 2006, a Sociedade foi adquirida pela Aço Cearense Industrial Ltda. (ACI), tradicional indústria do segmento metalúrgico, atuando na produção de conformados de aços planos. Foi vislumbrando a possibilidade de substituição das importações de aços longos, que a Aço Cearense Industrial Ltda. (ACI) decidiu assumir a implantação de uma moderna usina siderúrgica no Brasil, a partir da usina de produção de gusa já existente, na Siderúrgica Norte Brasil S.A. A usina é dotada de altos fornos, aciaria elétrica, laminação e trefila, tendo como principais matérias primas o ferro gusa produzido da própria usina e sucata de aço que é coletada/reciclada nas regiões circunvizinhas gerando impacto ambiental positivo. Os produtos têm sua comercialização direcionada à base de clientes de sua controladora Aço Cearense Industrial Ltda., utilizando-se também da sua estrutura de distribuição e experiência no mercado. 2. Base de preparação - 2.1 Declaração de conformidade - As presentes demonstrações financeiras incluem as demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). As demonstrações de resultados abrangentes não estão sendo apresentadas, pois não há valores a serem apresentados sobre esse conceito, ou seja, o resultado do exercício é igual ao resultado abrangente total. A Diretoria da Sociedade autorizou a conclusão das presentes demonstrações financeiras em 28 de março de 2011. 2.2 Base de mensuração - As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais, tais como os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. 2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação - Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. 2.4 Aplicação de julgamentos, estimativas e práticas contábeis críticas na elaboração das demonstrações financeiras - A elaboração das demonstrações financeiras

requer o uso de julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das práticas contábeis e o valor dos ativos, passivos, receitas e despesas divulgadas. Tais estimativas e premissas relacionadas são baseadas em experiências de anos anteriores e vários outros fatores julgados razoáveis considerados os fatos e circunstâncias. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As premissas chave das estimativas são revisadas de forma contínua. Mudanças nas estimativas contábeis são reconhecidas no exercício que a estimativa é revisada. As estimativas e premissas com risco de impacto material nos valores de ativos e passivos dentro do próximo exercício são discutidas a seguir: a. Impostos diferidos: O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada data de encerramento das demonstrações financeiras e reduzido pelo montante que não seja mais realizável por meio de lucros tributáveis futuros estimados. Os valores registrados envolvem considerável julgamento da Administração. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar, e o montante a ser registrado, do ativo ou passivo fiscal diferido. b. Teste de valor recuperável de ativos: Os ativos financeiros e os ativos não financeiros, tais como o imobilizado e o intangível têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. c. Provisões: As provisões são reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos, envolvendo benefícios econômicos, seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação. Se o efeito do valor temporal do dinheiro for material, as provisões são descontadas utilizando-se a taxa corrente que reflita, quando apropriado, os riscos específicos para o passivo. Quando o desconto é efetuado, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como um custo financeiro. As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), consoante às práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 4. A Sociedade adotou uniformemente as normas do CPC no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, inclusive para o período comparativo de 31 de dezembro de 2009 e o balanço patrimonial de abertura em 1º de janeiro

de 2009. A Nota Explicativa nº 3 detalha os principais efeitos na aplicação destas normas ("novas normas") e as principais diferenças relacionadas às práticas contábeis adotadas no Brasil para as demonstrações financeiras da Sociedade em 1º de janeiro de 2009 e referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009. 3. Explicação dos principais efeitos de adoção das novas normas no BRGAAP: 3.1. Demonstrações financeiras - As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), consoante às práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 4. A Sociedade fez adoção completa das normas do CPC, quando aplicáveis, no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, inclusive para o período comparativo de 31 de dezembro de 2009 e o balanço patrimonial de abertura em 1º de janeiro de 2009. A Nota Explicativa nº 3.2 detalha os principais efeitos na aplicação destas normas ("novas normas") e as principais diferenças relacionadas às práticas contábeis adotadas no Brasil para as demonstrações financeiras da Sociedade em 1º de janeiro de 2009 e referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009. 3.2. Fundamentação da transição para adoção completa dos CPCs - As demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2010 e as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2009, anteriormente elaboradas e divulgadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, foram ajustadas para refletir os pronunciamentos técnicos, interpretações e orientações com vigência para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2009 e estão sendo reapresentadas em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010, a fim de assegurar a comparabilidade das informações. Adoção de prática contábil voluntária: Na aplicação inicial da Lei 11.638/07, a Administração da Sociedade optou por manter o saldo do ativo diferido até a sua completa realização, sujeito à análise quanto a sua recuperação nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável. Em 31 de dezembro de 2010 o saldo de ativo diferido apresenta-se totalmente amortizado. Os efeitos da aplicação destas novas normas do CPC nas demonstrações financeiras podem ser identificados conforme segue: Reconciliação do balanço patrimonial de acordo com BRGAAP em 1º de janeiro de 2009